

PROJETO DE LEI Nº , DE 2007

(Do Sr. Domingos Dutra)

Dispõe sobre a proibição de descontos na remuneração dos trabalhadores em transporte coletivo de passageiros e em transporte de cargas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. É vedado às empresas de transporte coletivo de passageiros e em transporte de cargas efetuar descontos na remuneração de motoristas e cobradores, em virtude de danos verificados nos veículos, ou em qualquer de seus acessórios, durante o exercício regular do trabalho, salvo em havendo dolo ou culpa, apurados em devido processo legal.

Art. 2º. A norma do artigo anterior aplica-se, igualmente, em casos de acidentes, roubo, furto ou quaisquer danos causados ao empregador.

Art. 3º. As empresas de transporte coletivo de passageiros ficam obrigadas a garantir transporte para os empregados que prestarem serviço no horário compreendido entre as 23 (vinte e três) horas e as 05 (cinco) horas do dia seguinte, no deslocamento de casa para o local de trabalho e vice-versa.

Art. 4º. A empresa que infringir o disposto nesta Lei incorrerá na multa de R\$ 500,00, aplicada em dobro em caso de reincidência, que será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

Parágrafo único: A prescrição deve atender ao previsto na Constituição Federal, Art. 7º, inciso XXIX, cabendo ao empregador o ônus da prova.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



2062513026

JUSTIFICAÇÃO

As elites brasileiras vivem pabulando que são modernas. Usam este discurso quando querem se apoderar dos monopólios públicos ou quando desejam privatizar serviços essenciais como saúde, educação, segurança, estradas e outros.

No entanto, quando se trata das relações trabalhistas, estas mesmas elites teimam em manter práticas violentas de exploração dos trabalhadores e de sonegação de direitos como o trabalho escravo, exploração do trabalho infantil, sonegação das contribuições sociais, manutenção de trabalhadores sem carteira assinada, pagamento de salários irrisórios, entre outros fatos ilícitos.

No caso presente, em todo o Brasil, os empresários do setor de transporte, urbano, estadual ou interestadual, promovem descontos na remuneração dos seus empregados por qualquer peça ou acessório que se danifique durante o exercício regular do seu trabalho. Peças com defeito ou com anos e anos de uso, quando quebram no trabalho normal, são pagas pelos motoristas que não têm qualquer culpa. Também promovem descontos se houver roubo, furto, assalto ou acidente durante o trabalho regular. Isto é um absurdo, uma vez que o risco da atividade é do empresário e não do trabalhador. Se acessórios quebram ou são danificados por problemas mecânicos, por conta do estado de conservação das vias de trânsito, durante o horário de trabalho e na regular atividade, não pode o motorista ser responsabilizado, a não ser que seja comprovado que agiu por culpa ou dolo.

Da mesma forma não podem motoristas, cobradores, fiscais e outros agentes serem responsabilizados pelos prejuízos decorrentes de furto, roubo ou assalto. Se alguém tiver de ser responsabilizado, que seja o poder público, o qual tem o dever de garantir segurança do conjunto da sociedade.

Por outro lado, considero ser dever das empresas garantir a condução dos empregados que prestam serviços noturnos, no período compreendido entre as 23 horas e 5 horas do dia seguinte, de casa para o local de trabalho e deste para a sua moradia. É desumano um motorista ou um colaborador deixar o serviço meia noite, morando distante e tendo que retomar o trabalho cedo no dia seguinte, e ter que esperar horas e horas por uma carona



ou pelo ônibus corujão. Muitos dormem no próprio local de trabalho por falta de condução. Muitas vezes, chegam em casa já quase na hora de retornarem ao trabalho. Não vêem os filhos, não descansam. Estas situações afetam o seu desempenho físico e psicológico e, ao retornarem ao trabalho nestas precárias condições, acabam, sem querer, colocando em risco a vida de centenas de pessoas que dependem diariamente do transporte coletivo e do transporte interestadual de passageiros.

Em diversas regiões do Brasil, encontramos relatos de cobranças indevidas, mascaradas através de mecanismos aparentemente legais:

No **Maranhão**, por exemplo, os donos de empresa cobram a mola-mestre trincada, se quebrar antes do tempo de vida útil. Cobram pneus, se for comprovado que o pneu rasgou por imprudência do motorista. Caso contrário, o profissional não paga. Em ambos casos, o sindicato faz perícia, os donos de empresa também fazem perícia para avaliar se houve "culpa" do motorista. Se o ônibus for assaltado e o cobrador estiver com mais de R\$50,00 reais nas mãos, o valor é cobrado. Segundo o relato destes sindicalistas, a orientação é de que o valor acima de R\$50,00 reais deve estar no cofre.

No **Distrito Federal**, tivemos informações de que as empresas cobram o valor do assalto do cobrador. Cobram multa de trânsito. Cobram peças avariadas. Cobram o prejuízo advindo de colisão, caso seja apontada "culpa" do motorista. Quando é um acidente de pequeno porte a perícia é feita pela própria empresa, com a participação do Sindicato. Quando a colisão é maior, a perícia é feita pela Polícia ou pelo DETRAN. Ainda no DF, as cobranças são feitas através de subterfúgios como vales e já foram feitas várias denúncias ao Ministério Público do Distrito Federal. Quem não paga fica sem escala ou é demitido. Os motoristas que não procuram o sindicato pagam. A cobrança é feita através de vales, como se fossem adiantamentos. O vale é o que aparece no contracheque.

Em Cuiabá/MT, as empresas cobram por peças quebradas, por motor fundido, pneus. Cobram o valor do assalto do cobrador. Cobram avarias do motorista. Por exemplo, se alguém arranha ou joga pedra num veículo e algum



2062513026

prejuízo, isso é cobrado dos profissionais. Cobram multa de trânsito. Os empregadores fazem os profissionais assinarem como se fosse vale. As cobranças, através de vale, chegam a ser feitas durante vários meses, um ano, até dois anos, a depender do valor do prejuízo.

Segundo relatos da **Bahia**, as empresas cobram o valor que exceder a cota estabelecida para ficar fora do cofre, em poder do cobrador (para troco). O que exceder a cota deve ficar na gaveta temporizada. O que passar da cota permitida, o cobrador paga. Cobram peças estragadas do motorista. As empresas cobram o valor das avarias do motorista. É feita a perícia pela PM/BA e /ou DETRAN; a Empresa e o sindicato acompanham a perícia. A cobrança é feita via vales de adiantamento.

Em Goiania/GO, a situação é atípica. Não há cobradores, pois o sistema foi informatizado. Esta foi uma solução para acabar com o assalto aos motoristas, aos cobradores. A multa de trânsito, se for relativa ao carro, a empresa assume, se é relativa ao motorista, o profissional assume. Colisão: se comprovado o erro, o dolo. Se a colisão for pequena, sempre cobram os valores, se for grande, não. As empresas usam o laudo da PM ou da Polícia Científica. A empresa se baseia em documentos e cobra. Segundo o sindicato, não tem saída para o pagamento de multas e avarias, as vezes na justiça há acordo.

Estas injustiças precisam ser corrigidas. Neste sentido, conto com o apoio de meus pares para a aprovação do presente Projeto de Lei, visando à melhoria nas condições de trabalho e de vida destes brasileiros que transportam a maioria do povo brasileiro, mas que, em vez de reconhecimento, sentem na carne o peso da humilhação e da exploração.

Sala das Sessões, em 22 de maio de 2007.

Justiça se faz na luta

Deputado **DOMINGOS DUTRA (PT/MA)**



2062513026